



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1618968 - SP (2019/0339243-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : DIANA FLÁVIA RIBEIRO VILLA REAL
ADVOGADO : DIANA FLÁVIA RIBEIRO VILLA REAL (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP167507
AGRAVADO : CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
ADVOGADOS : MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES - SP175513
SÉRGIO MIRISOLA SODA - SP257750

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA. VALOR. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização por danos morais e materiais, em fase de cumprimento de sentença.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/2015, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.
4. Admite-se, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado, o que não ocorre na hipótese em exame, em que as astreintes não se mostram desproporcionais ou desarrazoadas.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
7. Torno sem efeito a decisão de fls. 272/273, e-STJ. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno contra decisão da Presidência do STJ, de fls. 272/273, e-STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da incidência da súmula 182/STJ.

Em face das razões de fls. 276/290, e-STJ, torno sem efeito a decisão e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por DIANA FLÁVIA RIBEIRO VILLA REAL, contra decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a"

e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 18/09/2019.

Atribuição ao Gabinete em: 23/03/2020.

Ação: de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais e materiais, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por DIANA FLÁVIA RIBEIRO VILLA REAL em face de CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA na qual requer a entrega de aparelho de televisão adquirido no site da referida empresa e a compensação pelos danos morais e materiais advindos do atraso na entrega do bem e, na posterior entrega de aparelho de modelo diverso do adquirido.

Em fase de cumprimento de sentença, CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. apresentou Impugnação do cumprimento de sentença alegando excesso na fixação do valor da multa cominatória.

Decisão interlocutória: acolheu parcialmente a impugnação, mantendo o valor arbitrado da multa por descumprimento de ordem judicial.

Acórdão: deu provimento ao agravo de instrumento interposto por CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, nos termos da seguinte ementa:

"Agravo de instrumento Ação condenatória em obrigação de fazer. Decisão que acolheu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela empresa executada.

Insurgência. Excesso do valor cobrado a título de multa diária.

Redução. Valor da multa diária que pode ser revisto a qualquer tempo.

Agravo provido." (fl. 171, e-STJ).

Recurso especial: alega, além de dissídio jurisprudencial, a ofensa aos arts. 489, 537, § 1º, e 1.022, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, i) a negativa de prestação jurisdicional quanto à impossibilidade de revisão do valor das astreintes; ii) a ausência de fundamentação do acórdão recorrido; e iii) a impossibilidade de redução da multa cominatória ante a desproporcionalidade e a ausência de razoabilidade da medida.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

1. Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art.

1.022 do CPC/2015 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte recorrente, de fato, não comportavam acolhimento.

Confira-se trecho do acórdão que julgou os embargos de declaração sobre o ponto reputado omissos:

"Nos embargos referentes ao acórdão que julgou à apelação, foi consignado que: "No presente caso, (a) foi concedida a antecipação da tutela, com a fixação de multa diária (f. 55/57), decisão essa confirmada na r. sentença; (b) interposta apelação apenas pela autora, foi ela parcialmente provida no acórdão embargado para ser acolhido também o pedido indenizatório por danos morais; (c) nenhuma alteração sofreu a sentença quanto à confirmação da antecipação da tutela, o que conduz à conclusão de que a decisão que concedeu essa antecipação deverá ser cumprida em todos os seus termos."

Não houve decisão no sentido de que a multa não poderia ser revista. Essa revisão, aliás, é permitida por lei, conforme o art. 537, § 1º, I, do CPC/2015.

No mais, a embargante demonstra seu inconformismo com o resultado do julgamento, buscando apenas a revisão deste, tendo estes embargos caráter meramente infringente." (fl. 184, e-STJ).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

2. Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

3. Do valor das **astreintes** - reexame de fatos e provas.

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor da multa cominatória por descumprimento judicial, demanda, em regra, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, por incidir a

Súmula 7/STJ.

De fato, _a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admite, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado_ (AgRg no AREsp 78.294/RS, Rel. Quarta Turma, DJe 16/03/2016; (AgRg no AREsp 335.969/MG, Terceira Turma, DJe 27/03/2015).

Na hipótese em exame, o valor das astreintes foi arbitrado pelas instâncias ordinárias em R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia que a ora recorrida deixou de cumprir a antecipação de tutela que determinou a substituição da TV, em 48h, totalizando, quando do cumprimento de sentença, o valor de R\$ 1.078.912,06 (um milhão, setenta e oito mil, novecentos e doze reais e seis centavos).

O acórdão recorrido, ao reduzir o valor a título de multa cominatória para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), não ultrapassou os limites da razoabilidade e da proporcionalidade, razão pela qual a revisão de seus termos por esta Corte esbarra, de fato, no óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito, confira-se os elementos fático-probatórios dos autos assentados pelo acórdão recorrido para se minorar a multa cominatória:

"O aviso de recebimento da citação, conforme leitura do acórdão que julgou a apelação da autora contra a sentença, foi juntado nos autos em setembro de 2011.

A executada descumpriu a obrigação por aproximadamente 17 meses.

Todavia, o valor da multa calculado tendo como base todos os dias desse período implica em quantia vultosa e desproporcional ao cumprimento da obrigação.

Como o valor da multa diária pode ser revisto em qualquer tempo, deve ele, no presente caso, ser reduzido.

Afigura-se proporcional, considerado o longo tempo que a executada levou para cumprir a ordem judicial e a natureza da obrigação, a fixação da multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária a partir deste julgamento e juros moratórios de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado.

A exequente cobrou valor de R\$ 1.078.912,06 a título de multa." (fl. 173, e-STJ).

Neste sentido, alterar o decidido no acórdão impugnado exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

4. Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe

divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República, por ausência de similitude fática entre os acórdãos colacionados para fins de demonstração de divergência jurisprudencial.

A propósito: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 964391/SP, 3ª Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, TORNO SEM EFEITO a decisão fls. 272/273, e-STJ e, em novo julgamento CONHEÇO do agravo para CONHECER parcialmente do recurso especial e, nesta extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, IV, "b", do CPC/2015.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência, uma vez que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora